



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

157
66

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 0004197-96.2013.8.17.0000 (0302020-6)

AGRAVANTE: Giulio Carvalho Cavalcante

ADVOGADO: Elenir Alves Rodrigues

AGRAVADO : Estado de Pernambuco

PROCURADOR: André Oliveira Souza

RELATOR: Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

RELATORA CONVOCADA: Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. FUNGIBILIDADE RECURSAL. AGRAVO LEGAL. INTEMPESTIVIDADE. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.

I - Em respeito ao princípio da fungibilidade recursal, deve-se receber o Agravo Regimental como Legal. Súmula do TJPE, enunciado nº 42.

II - De acordo com o art. 557, § 1º, do Código de Processo Civil, da decisão proferida pelo relator caberá agravo, no prazo de cinco dias, ao órgão competente para o julgamento.

III - Se interposto intempestivamente, não se pode conhecer do Agravo Legal.

IV - Recurso de Agravo não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em não conhecer do presente recurso, na conformidade do relatório e voto do relator, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 24 de setembro de 2013.

Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ
Relatora Convocada



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

158
top.

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 0004197-96.2013.8.17.0000 (0302020-6)

AGRAVANTE: Giulio Carvalho Cavalcante

ADVOGADO: Elenir Alves Rodrigues

AGRAVADO : Estado de Pernambuco

PROCURADOR: André Oliveira Souza

RELATOR: Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

RELATORA CONVOCADA: Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ

RELATÓRIO

1. Trata-se de Agravo Regimental interposto por Giulio Carvalho Cavalcante em combate a decisão monocrática que, com esteio no art. 557, §1º-A, do Código de Ritos, deu provimento ao recurso de Agravo de Instrumento nº0302020-6, em ordem a revogar a liminar concedida pelo magistrado de base.

2. Em sua exordial, aduz o agravante que foi aprovado no vestibular da Universidade Federal de Pernambuco, contudo, não possui o certificado de conclusão do ensino médio, documento indispensável para a sua matrícula. Sustenta que é estudante do 3º ano do ensino médio, e ventila que é inegável que o 3º ano é apenas uma revisão do 1º e 2º anos do ensino médio.

Notícia que, devidamente matriculado no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), participou de todas as etapas e concluiu todo o ciclo com a necessária aprovação. Sustenta que o resultado do ENEM o deixa apto para o ingresso no ensino superior, conforme Resolução nº 03/2010 e Portaria nº 144/2012 editada pelo Conselho Nacional de Educação.

3. Em 25 de março de 2013, foi proferida decisão interlocutória, deferindo a liminar pleiteada, vide fl. 67.

4. Irresignado, o Estado de Pernambuco ofereceu o presente agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo ativo. Alega, em suma: i) preliminarmente, a incompetência da Justiça Estadual, em razão do interesse da Universidade Federal de Pernambuco e da União Federal; ii) ser nítida a inexistência de direito líquido e certo, porquanto a pretensão do impetrante está em manifesto confronto com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação; iii) a utilização do resultado do ENEM, para fins de certificação de conclusão do ensino médio, presta-se apenas aos maiores de 18 (dezoito) anos, que, nessa



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

159
TJP.

qualidade, tenham indicado tal pretensão no respectivo ato de inscrição; iv) tanto os exames supletivos, quanto a certificação com base no resultado do ENEM cumprem finalidade especial, sendo uma medida afirmativa para favorecer quem está fora da faixa etária ou fora do sistema, para que possa ser materialmente igualados àqueles que tiveram o privilégio de cursar regularmente os níveis fundamental e médio de ensino.

5. Às fls. 113/121, foi proferida decisão por essa relatoria, dando provimento ao agravo de instrumento, revogando a liminar concedida pelo magistrado.

6. Irresignado, o recorrente interpôs o presente agravo regimental, reiterando os termos de sua exordial, e pugnando pela reforma da decisão atacada.

Não sendo caso de retratação, submeto o feito ao julgamento desta Câmara de Direito Público.

É o relatório, naquilo que se revela de essencial para o deslinde da controvérsia.

Recife, 24 de setembro de 2013.

Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ
Relatora Convocada



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

160
Vp.

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 0004197-96.2013.8.17.0000 (0302020-6)

AGRAVANTE: Giulio Carvalho Cavalcante

ADVOGADO: Elenir Alves Rodrigues

AGRAVADO : Estado de Pernambuco

PROCURADOR: André Oliveira Souza

RELATOR: Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

RELATORA CONVOCADA: Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ

VOTO

Vistos e examinados etc.

1. Inicialmente, impende esclarecer que a decisão monocrática, ora combatida (cf. fls. 113/121), deu provimento ao recurso de agravo de instrumento nº 0302020-6, sendo, portanto, atacável por meio de Agravo Legal, conforme disposto no art. 557, § 1º, do Código de Ritos.

Assim, em homenagem ao princípio da fungibilidade, deve-se receber o presente recurso de Agravo Regimental como Agravo Legal, nos termos do dispositivo supramencionado e do enunciado nº 42 da Súmula do TJPE, que dispõe: "São fungíveis os agravos regimental e legal."

2. Pois bem, passando-se à análise do recurso interposto, logo se observa que este não pode ser conhecido, em razão de sua manifesta intempestividade.

De acordo com o art. 557, § 1º, do Código de Processo Civil, da decisão proferida pelo relator caberá agravo, no prazo de cinco dias, ao órgão competente para o julgamento.

Conforme se verifica à fl. 123 dos autos, a decisão monocrática, ora guerreada, proferida por este Desembargador, foi publicada no Diário Oficial Eletrônico - Poder Judiciário de Pernambuco nº 151 do dia 19.08.2013; encerrando-se assim o prazo para interposição de recurso de Agravo no dia 26.08.2013.

Ocorre que, conforme se observa do protocolo (cf. fl. 128), o presente recurso somente foi interposto, no dia 12.09.2013, estando, portanto, manifestamente intempestivo.



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

161
[assinatura]

3. Posto isso, recebo o presente recurso como Agravo Legal e voto pelo seu NÃO CONHECIMENTO, mantendo-se, *in totum*, a decisão guerreada.

É como voto.

Recife, 24 de setembro de 2013.

Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ
Relatora Convocada

[assinatura]